ISBN: 9786588884546

A TRANSIÇÃO DO LIBERALISMO AO NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA

TONE ERNESTO SILVA; FRANCISCO JOSÉ NORIS; MACHAVA ALIANTE XAVIER

RESUMO

O artigo "A Transição do Liberalismo ao Neoliberalismo e Suas Implicações para a Educação Infantil: Uma Análise Histórica e Epistemológica" examina a transformação das ideologias econômicas e seu impacto sobre a educação infantil, com foco na transição do liberalismo para o neoliberalismo. A justificativa do estudo reside na necessidade de compreender como essas mudanças ideológicas influenciaram a concepção e a gestão da educação infantil ao longo do tempo. O objetivo é analisar como o neoliberalismo, ao priorizar a eficiência do mercado e a privatização, modificou as práticas educacionais e a visão epistemológica da educação infantil. Para atingir esses objetivos, foi realizado um levantamento histórico e uma análise crítica das políticas educacionais associadas a cada ideologia. O método adotado incluiu a revisão de literatura relevante e a análise de documentos e políticas educacionais. Os resultados mostram que a transição para o neoliberalismo trouxe uma ênfase na competição e na responsabilização das instituições de ensino, impactando a gestão e a abordagem pedagógica da educação infantil. Essa mudança resultou em uma abordagem mais voltada para o desempenho e a eficiência, em detrimento de aspectos sociais e culturais do desenvolvimento infantil. A conclusão do estudo sugere a necessidade de reavaliar as políticas educacionais para promover uma abordagem mais equilibrada, que priorize o desenvolvimento integral das crianças, em vez de adotar exclusivamente princípios de mercado.

Palavras-chave: Liberalismo, Neoliberalismo, Educação Infantil, Políticas Educacionais

1 INTRODUÇÃO

A evolução das ideologias econômicas tem moldado profundamente as políticas sociais e educacionais ao longo da história. No campo da educação infantil, a transição do liberalismo clássico para o neoliberalismo representa uma mudança substancial na forma como a educação é concebida e implementada.

O liberalismo, que ganhou força no século XIX, enfatizava a liberdade econômica e a mínima intervenção do Estado, influenciando políticas educacionais que favoreciam a descentralização e a eficiência. Com o advento do neoliberalismo, a partir da década de 1980, essas políticas passaram a incorporar a privatização, a competição e a lógica do mercado, alterando radicalmente a concepção de educação, especialmente no âmbito infantil. Essa transição não apenas modificou as práticas administrativas e financeiras das instituições educacionais, mas também teve implicações profundas na epistemologia da educação infantil, ao priorizar resultados quantitativos e métricas de desempenho, muitas vezes em detrimento de aspectos sociais e culturais do desenvolvimento infantil. Dessa forma, a análise dessa mudança ideológica é fundamental para compreender como as políticas educacionais têm sido estruturadas e os impactos que elas geraram na formação das crianças e na prática pedagógica. Este artigo visa investigar as implicações da transição do liberalismo para o neoliberalismona educação infantil, com um foco específico nas transformações epistemológicas e práticas que ocorreram ao longo desse processo.

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

A metodologia adotada inclui uma revisão da literatura sobre os contextos histórico e filosófico de cada ideologia, análise de documentos e políticas educacionais e estudos de caso que ilustram a implementação dessas ideologias no contexto da educação infantil. O objetivo é proporcionar uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais vigentes, considerando a necessidade de reavaliar abordagens que possam proporcionar um desenvolvimento mais integral e voltado ao bem-estar das crianças.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada para a realização deste estudo é de natureza qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica e análise crítica e histórica das transformações políticas e epistemológicas na educação infantil durante a transição do liberalismo para o neoliberalismo.

Revisão Bibliográfica:

Foi realizada uma revisão abrangente da literatura acadêmica que discute o liberalismo, o neoliberalismo e suas implicações para a educação, com foco nas tendências e transformações ocorridas nas políticas educacionais ao longo do tempo. A revisão incluiu livros, artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e outras fontes relevantes para o entendimento da evolução das ideologias econômicas e suas influências sobre a educação infantil.

Análise Crítica:

A análise dos dados coletados foi feita a partir de uma abordagem crítica, que não apenas descreve as mudanças ocorridas, mas também reflete sobre as consequências dessas mudanças para a educação infantil. A partir dessa reflexão, foram avaliadas as implicações epistemológicas e práticas dessas transformações, considerando o impacto sobre o desenvolvimento integral das crianças, as relações sociais na escola e as desigualdades educacionais geradas ou acentuadas pelo modelo neoliberal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O liberalismo, como ideologia política e econômica, surgiu no século XVIII e XIX, fundamentado na defesa da liberdade individual, da propriedade privada e da mínima intervenção do Estado na economia. John Locke, um dos principais teóricos do liberalismo, destacou a importância dos direitos naturais e da liberdade como bases para uma sociedade justa (Locke, 1689).

O liberalismo, como destacado por Lemos, surgiu no século XVIII como uma resposta à opressão política e econômica da época. Fundamentado na valorização da liberdade individual e da autonomia, o liberalismo defende que cada indivíduo deve ter a liberdade de buscar seus próprios interesses e realizar seu potencial sem intervenção excessiva do Estado. A igualdade de oportunidades é um princípio central, com a educação sendo vista como um meio para assegurar que todos os indivíduos possam competir em condições mais justas. De acordo com Lemos, o liberalismo defende que o papel do Estado na educação deve ser limitado a garantir acesso e oportunidades iguais, promovendo um ambiente onde as instituições possam operar com autonomia e eficiência. A ideia é que, ao limitar a intervenção estatal e promover a liberdade econômica, se cria um sistema educacional que favoreça a competição e a inovação, possibilitando que os indivíduos prosperem com base em seus próprios méritos (Lemos, 2020).

Na educação, o liberalismo enfatiza a igualdade de oportunidades, argumentando que todos devem ter acesso a uma educação que permita a mobilidade social e a competição equitativa. De acordo com John Stuart Mill (1859), a educação deve promover a autonomia do indivíduo e garantir a liberdade de escolha. O papel do Estado, sob a perspectiva liberal, é

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

garantir um ambiente em que as instituições educacionais possam operar de forma descentralizada, promovendo a autonomia e a competição entre escolas, sem uma intervenção direta que limite a liberdade de operação das instituições.

Nas palavras de Lemos,

> Ao longo da história, o ideário liberal foi se modificando, resultando em diferentes vertentes e variadas concepções. Contudo, permaneceu atravessado pela defesa da propriedade e alicerçado em um mundo humano "constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres" (HOBSBAWM, 1996, p. 256). Isso não significa dizer que as ideias liberais não trouxeram conquistas importantes para a sociedade. A liberdade religiosa, a organização legal, a luta contra o Estado opressor e tirânico e alguma mobilidade social são conquistas históricas atreladas ao movimento liberal. Além disso, "as relações produtivas que tornou possíveis melhoraram imensamente o padrão geral de condições materiais. O progresso da ciência só foi possível através do clima mental que o liberalismo criou" (LASKI, 1973, p. 14).

O ideário liberal, ao longo da história, evoluiu significativamente, mas sempre manteve uma ênfase fundamental na defesa da propriedade privada e na visão dos indivíduos como "átomos" em busca de maximização de suas satisfações e minimização de seus desprazeres (Hobsbawm, 1996). O liberalismo, desde seu surgimento no século XVIII, trouxe importantes conquistas sociais, como a promoção da liberdade religiosa, a criação de estruturas legais que desafiaram o Estado opressor e tirânico, e a facilitação de alguma mobilidade social. Essas conquistas ajudaram a melhorar o padrão de condições materiais e a fomentar o progresso científico ao criar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento (Laski, 1973).

No entanto, o liberalismo também teve suas limitações e críticas. Em muitos aspectos, favoreceu a burguesia, a classe que originou e desenvolveu essa forma de pensamento, consolidando seu controle sobre o Estado e reforçando a proteção da propriedade e do poder econômico. A ideologia liberal justificou desigualdades por meio do discurso da liberdade individual e da responsabilidade pessoal, promovendo um sistema onde o contrato social legitimava condições desiguais e uma organização social baseada na acumulação desenfreada de dinheiro.

O neoliberalismo emergiu como uma resposta às crises econômicas dos anos 1970 e 1980, promovendo uma agenda de reformas que buscavam aumentar a eficiência econômica através da redução da intervenção estatal e da promoção do mercado livre. Milton Friedman, um dos principais defensores do neoliberalismo, argumentou que a privatização e a competição são fundamentais para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, incluindo a educação (Friedman, 1962). O neoliberalismo defende a introdução de mecanismos de mercado na educação, como os vouchers escolares, e a gestão empresarial das escolas, com o objetivo de aumentar a escolha do consumidor e a responsabilidade das instituições (Harvey, 2005). Essa abordagem implica uma mudança significativa em relação ao papel do Estado, promovendo políticas de austeridade e cortes no financiamento público, enquanto encoraja a participação do setor privado na provisão de serviços educacionais (Klein, 2007). As reformas neoliberais tendem a priorizar a eficiência econômica sobre os objetivos sociais e culturais da educação, afetando diretamente a forma como as políticas educacionais são formuladas e implementadas.

A partir da década de 1980, o neoliberalismo emergiu como uma resposta às crises econômicas e políticas do período, buscando uma reorientação significativa das políticas públicas e econômicas. Segundo o artigo de Lemos, o neoliberalismo intensifica a ênfase na eficiência econômica e na privatização, promovendo a introdução de práticas de mercado na educação. As políticas neoliberais, como os vouchers escolares e a gestão empresarial das escolas, visam aumentar a competição e a responsabilidade das instituições educacionais,

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

substituindo a intervenção estatal direta por mecanismos de mercado. O objetivo é criar um sistema educacional mais eficiente, onde as instituições competem para atrair alunos e melhorar resultados. No entanto, essa abordagem também tem implicações significativas, como a mercantilização da educação e a potencial ampliação das desigualdades educacionais. O neoliberalismo redefine a função da educação, priorizando a eficiência e o retorno econômico, frequentemente em detrimento das dimensões sociais e culturais do desenvolvimento infantil (Lemos, 2020).

A transição do liberalismo para o neoliberalismo ocorreu em resposta a crises econômicas e políticas que desafiavam a eficácia do modelo liberal tradicional. A partir da década de 1970, a estagflação, uma combinação de estagnação econômica e inflação elevada, expôs as limitações do modelo keynesiano dominante, que defendia a intervenção estatal para garantir o crescimento e a estabilidade econômica. Para enfrentar essas dificuldades, foram implementadas reformas econômicas e políticas de austeridade que marcaram o início da era neoliberal.

Os principais eventos históricos que catalisaram essa transição incluíram as políticas de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido. Essas lideranças promoveram a redução dos impostos, a desregulamentação dos mercados e a privatização de empresas estatais. O pensamento neoliberal, conforme desenvolvido por Milton Friedman e outros economistas, defendeu a redução da intervenção estatal e a promoção de mecanismos de mercado para melhorar a eficiência econômica (Friedman, 1962). As políticas de austeridade, que envolviam cortes em gastos públicos e reestruturações fiscais, visavam restaurar a confiança dos investidores e reduzir déficits orçamentários, mas também resultaram em uma redução significativa nos investimentos públicos em áreas como saúde e educação (Harvey, 2005).

A transição para o neoliberalismo teve um impacto profundo nas políticas e práticas educacionais, especialmente na educação infantil. Sob a influência do neoliberalismo, a educação passou a ser vista cada vez mais como uma mercadoria e um setor competitivo, em vez de um serviço público universal e acessível. As políticas neoliberais introduziram mecanismos de mercado na educação, como os vouchers escolares, que permitiram que os pais escolhessem entre escolas públicas e privadas com base em critérios de desempenho e eficiência (Friedman, 1962).

Essa abordagem promoveu a privatização de muitas instituições educacionais e a competição entre elas, com a expectativa de que a concorrência melhoraria a qualidade da educação. No entanto, essa mudança também trouxe desafios significativos. A pressão para atender a padrões de desempenho e as métricas de sucesso muitas vezes priorizaram resultados quantitativos sobre a qualidade do desenvolvimento infantil e a equidade no acesso à educação. A redução dos investimentos públicos em educação infantil e a introdução de políticas baseadas em desempenho contribuíram para uma maior desigualdade no acesso à educação e uma diminuição na ênfase nas dimensões sociais e culturais do desenvolvimento infantil (Klein, 2007).

Essas mudanças resultaram em uma educação infantil que frequentemente se concentra mais em resultados acadêmicos e métricas de desempenho do que no bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, refletindo as prioridades do neoliberalismo em promover eficiência e competitividade em detrimento da equidade e da inclusão.

O neoliberalismo alterou a visão tradicional da educação ao destacá-la principalmente como um meio de alcançar eficiência econômica e retorno sobre investimentos. Essa perspectiva enfatiza a educação como uma ferramenta para preparar indivíduos para o mercado de trabalho e maximizar a produtividade econômica, em vez de priorizar o desenvolvimento integral e a justiça social. Segundo Demo (2007), essa visão neoliberal reduz a educação a uma mera função utilitária, voltada para o treinamento e a adequação às demandas do mercado, em

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

detrimento de suas dimensões culturais e sociais mais amplas.

As políticas educacionais neoliberais, como a introdução de vouchers escolares e a privatização da educação, visam aplicar princípios de mercado no setor educacional. Apple (2006) discute como a privatização e a competição são promovidas como soluções para melhorar a qualidade da educação, mas frequentemente levam a uma maior desigualdade e à fragmentação do sistema educacional. Essas políticas, que incluem a gestão empresarial das escolas, buscam aumentar a eficiência e a responsabilidade das instituições, mas podem resultar na marginalização de questões sociais e na intensificação da desigualdade educacional.

De acordo com Cardoso (2006, p. 12) "Desenvolver-se de modo desigual é próprio do capitalismo. A expansão do capital se faz criando desigualdades. O capitalismo opera como um sistema que desenvolve e integra ou exclui de maneira desigual as economias mais dinâmicas e as economias capitalistas dependentes." O capitalismo é caracterizado por seu impulso intrínseco para expandir e acumular capital, o que inevitavelmente gera desigualdades. Essa expansão não ocorre de maneira uniforme, mas sim através da criação de disparidades econômicas entre regiões e setores. Economias mais dinâmicas e desenvolvidas tendem a se integrar e se beneficiar dos processos de globalização e inovação, recebendo investimentos e acesso a mercados mais amplos. Em contraste, economias menos desenvolvidas ou dependentes frequentemente são marginalizadas ou excluídas, lutando para competir em um sistema que privilegia a eficiência e o lucro.

Essa dinâmica de integração e exclusão gera uma hierarquia econômica global onde as economias mais fortes e inovadoras acumulam riqueza e poder, enquanto as mais fracas enfrentam estagnação e desvantagens. O capitalismo, portanto, não apenas promove o crescimento econômico, mas também acirra as desigualdades ao diferenciar o desenvolvimento e o acesso aos benefícios econômicos. Essa estrutura desigual reforça e perpetua as disparidades entre países e regiões, evidenciando uma característica fundamental do capitalismo: seu papel em fomentar e ampliar desigualdades no processo de expansão econômica.

As práticas pedagógicas também foram transformadas sob o impacto das políticas neoliberais. A ênfase em resultados e métricas de desempenho levou a uma maior padronização dos currículos e a uma concentração em habilidades técnicas e acadêmicas, muitas vezes à custa de abordagens pedagógicas mais holísticas e inclusivas. De acordo com a pesquisa de Ana Freitas (2014), as práticas pedagógicas têm sido cada vez mais direcionadas para atender a critérios de desempenho e eficiência, o que pode limitar o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos e reduzir a ênfase na formação cidadã.

Libâneo *et al* afirma que

> Os acontecimentos do mundo atual afetam a educação escolar de várias maneiras. Vejamos algumas: a) exigem novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, o que provoca certa valorização da educação formadora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, b) levam o capitalismo a estabelecer, para a escola, finalidades mais compatíveis com os interesses do mercado; c) modificam os objetivos e as prioridades da escola; d) produzem modificações nos interesses, necessidades e valores escolares; e) forçam a escola a mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; f) induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores. (Libâneo et al, 2012, p. 62)

Os atuais acontecimentos globais, como a digitalização e a demanda por habilidades diversificadas, impactam a educação infantil de maneiras complexas. A exigência por trabalhadores flexíveis e com competências sociais reforça a importância de desenvolver habilidades desde a infância, o que é positivo, mas pode levar a uma pressão precoce para atingir metas específicas, prejudicando o desenvolvimento natural das crianças.

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

A influência do capitalismo pode orientar a educação infantil a focar mais em habilidades práticas voltadas para o mercado, em detrimento de aspectos fundamentais do desenvolvimento emocional e social. As mudanças tecnológicas, embora ofereçam novas ferramentas pedagógicas, podem introduzir um desequilíbrio se não forem utilizadas com critério, potencialmente sobrecarregando as crianças com estímulos e exigências excessivas. Além disso, a adaptação das práticas docentes ao avanço tecnológico pode desviar a atenção dos métodos tradicionais de ensino, que são igualmente importantes para o desenvolvimento inicial. É essencial equilibrar a integração de tecnologias com abordagens que respeitem o ritmo e as necessidades das crianças, garantindo que a educação infantil continue a promover um desenvolvimento equilibrado e saudável.

A transição para o neoliberalismo teve um impacto significativo na acessibilidade e qualidade da educação infantil. O neoliberalismo, com sua ênfase na eficiência e na privatização, resultou na introdução de mecanismos de mercado no setor educacional, como a competição entre instituições e a privatização de serviços educacionais. Essas mudanças frequentemente levaram à criação de um sistema educacional mais fragmentado e desigual, onde a qualidade da educação infantil passou a variar amplamente com base na capacidade financeira das famílias e na localização das instituições. Estudos indicam que a privatização e a concorrência intensificaram as desigualdades, pois as instituições privadas muitas vezes oferecem uma educação de maior qualidade, mas a um custo que pode ser proibitivo para famílias de baixa renda (Klein, 2007).

As políticas neoliberais exacerbaram as desigualdades educacionais, particularmente na educação infantil. A introdução de mecanismos de mercado e a redução dos investimentos públicos em educação resultaram em uma maior desigualdade no acesso e na qualidade dos serviços educacionais. A privatização e a competição intensificaram a segregação social, uma vez que escolas privadas frequentemente atendem a alunos de famílias mais abastadas, enquanto escolas públicas enfrentam dificuldades financeiras e oferecem serviços de qualidade inferior. Além disso, as práticas neoliberais tendem a priorizar a eficiência econômica sobre a inclusão social, o que pode prejudicar a integração de crianças com necessidades especiais ou de contextos socioeconômicos desfavorecidos.

O neoliberalismo tem sido alvo de críticas significativas, especialmente no contexto da educação infantil. Críticas frequentemente apontam para a mercantilização da educação, onde a educação é tratada como um produto a ser comprado e vendido, em vez de um direito universal e acessível. Essa mercantilização pode levar à redução de recursos públicos destinados à educação, com impactos negativos na qualidade e na equidade dos serviços oferecidos. Além disso, as políticas neoliberais tendem a reduzir o financiamento público para a educação, prejudicando especialmente as instituições que atendem a populações vulneráveis e exacerbando as desigualdades educacionais (Apple, 2006).

Educadores e instituições enfrentam vários desafios ao se adaptar às novas políticas e práticas neoliberais. A pressão para melhorar o desempenho acadêmico e atender a métricas de eficiência pode limitar a capacidade dos educadores de atender às necessidades individuais das crianças e promover um ambiente de aprendizado inclusivo. Além disso, a falta de recursos e o aumento da carga de trabalho para atender às demandas das políticas neoliberais podem afetar negativamente a qualidade da educação e o bem-estar dos profissionais da educação. As instituições precisam encontrar maneiras de equilibrar as exigências de eficiência com a necessidade de proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todas as crianças (Demo, 2007).

4 CONCLUSÃO

Este artigo analisou a transição do liberalismo ao neoliberalismo e suas profundas implicações para a educação infantil, oferecendo uma visão abrangente das transformações

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740

ISBN: 9786588884546

ideológicas e suas consequências. As principais descobertas revelam que a ascensão do neoliberalismo trouxe mudanças significativas na gestão e na abordagem da educação infantil, enfatizando a eficiência do mercado e a privatização em detrimento de princípios mais igualitários e sociais defendidos pelo liberalismo clássico. As políticas neoliberais, como a introdução de vouchers escolares e a gestão empresarial das escolas, resultaram em uma reformulação da finalidade da educação, priorizando a performance e o retorno econômico sobre o desenvolvimento integral das crianças.

A reflexão sobre essas mudanças aponta para impactos notáveis na acessibilidade e na qualidade da educação infantil, evidenciando um aumento nas desigualdades educacionais e uma redução nas práticas de inclusão. A crítica ao neoliberalismo destaca a mercantilização da educação e a diminuição dos recursos públicos destinados ao setor, o que compromete a qualidade e a equidade da educação infantil.

Diante desses desafios, é crucial promover uma reavaliação das políticas educacionais atuais. Adotar uma abordagem mais equilibrada, que considere tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e culturais, é essencial para garantir uma educação infantil que valorize o desenvolvimento integral das crianças e promova a igualdade de oportunidades. Essa mudança de perspectiva pode contribuir para um sistema educacional mais justo e inclusivo, capaz de atender adequadamente às necessidades de todas as crianças.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando da Forma "Certa": Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. Nova York: Routledge, 2006.

CARDOSO, M.L. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, J.C.F., e NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 25-66. ISBN: 978-85-7541-612-9. Disponível em: doi: 10.7476/9788575416129.0003. Disponível também em: ePUB: http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub.

DEMO, P. **Educação e Neoliberalismo: Tendências e Contradições**. Editora Cortez. 2007.
FREITAS, A. M. **Políticas Educacionais Neoliberais: Impactos e Perspectivas**. Editora Vozes. 2014

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Chicago: Universidade de Chicago Press, 1962.

HARVEY, David. **Uma Breve História do Neoliberalismo.** Oxford: Universidade de Oxford Press, 2005.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Nova York: Metropolitan Books, 2007.

LEMOS, A. G. S. (2020). **Liberalismo e Neoliberalismo: Liberdade, Indivíduo e Igualdade**. Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUCGO), Goiânia, Goiás, Brasil.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

DOI: 10.51189/iv-ensipex/50740